

# UM PARADIGMA RENOVADO DE UNIVERSIDADE: COMENTÁRIOS CRÍTICOS E ESPERANÇOSOS <sup>1</sup>

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA

## Introdução

Vivemos em um mundo cada vez mais interconectado. Esta conectividade massiva e ampliada constitui parte e efeito da globalização econômica, nome de moda cunhado para a franca internacionalização da produção, distribuição e consumo que marcou o Século XX.

A globalização ocorre em paralelo a poderosos processos macroeconômicos: avanços em tecnologia de informação, trans-nacionalização de empresas, migração da força de trabalho, entre outros. Ao mesmo tempo, e talvez paradoxalmente, a globalização vincula-se a severas reduções no bem-estar social de populações humanas. Aumento em desigualdades entre países e grupos sociais, desemprego estrutural, crescimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas, intensificação de conflitos étnicos, não-observância de direitos humanos, agressões ambientais, deterioração do espaço urbano e a escalamento da violência, tudo isso tem sido imputado à globalização.

A globalização também produz conflitos de valores culturais e ideológicos, especialmente nestes tempos da Internet e da televisão por satélite. A antinomia local *versus* global emergiu de um crescimento rápido do comércio de informação, em todos os níveis, da indústria cultural e de entretenimento ao mercado científico e tecnológico de marcas e patentes.

No plano da arte & cultura, observa-se um vasto processo de padronização internacional, submetendo comportamentos e bens culturais locais a valores estéticos estrangeiros. No plano da ciência & tecnologia, redes de centros de pesquisa, universidades, empresas e governos têm sido instrumentais em estabelecer padrões globais de internacionalismo acadêmico. Tais padrões são dependentes de fontes centrais de legitimação cultural, científica e tecnológica localizadas nos países ditos desenvolvidos.

Meu argumento neste breve ensaio é que, em tal cenário, precisamos construir um tipo diferente e renovado de instituição acadêmica, capaz de atuar como instrumento de integração social e política entre países, culturas e povos, em contraposição aos efeitos perversos da globalização. Em primeiro lugar, pretendo identificar como fundamento para tal perspectiva alguns paradigmas de ensino superior que historicamente forjaram a universidade como uma instituição política e social fundadora da cultura Ocidental. Em segundo lugar, apresento *grasso modo* o desenvolvimento e estrutura do sistema universitário de Brasil, como uma ilustração para meus argumentos, visando pô-los em contexto. Concluo com a esperança de que a internacionalização do ensino superior pode ser um caminho para o desenvolvimento social com justiça e bem-estar em vez de instrumento político e ideológico utilizado para abrir novos mercados econômicos.

---

<sup>1</sup> - Intervenção no Simpósio “Global reach, local impact: The public research university in the 21st century” da Universidade McGill, em Montreal, 10 de março 2003. Texto revisado e publicado na coletânea em homenagem a Edivaldo Boaventura, em dezembro 2005.

## **Paradigmas da universidade como instituição**

A instituição de ensino que, no Ocidente, chegou a ser nomeada como ‘universidade’ emergiu nos tempos medievais (Santos 1995). As primeiras universidades foram fundadas na França e Itália, aproximadamente 1300 DC. Essas universidades pioneiras eram abertamente escolásticas, absorvendo o papel social das instituições religiosas que haviam sido sua semente. As proto-universidades substituíram os monastérios como principal *locus* de produção de conhecimento para uma sociedade feudal em transição, já nos albores do Renascimento.

A *universidade escolástica* era geradora e guardiã da *doxa*, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. Seu modelo acadêmico baseava-se na transmissão do saber (em filosofia, retórica, lógica e teologia) mediante relações diretas mestre-aprendiz.

A Europa pós-Renascimento testemunhou e nutriu a criação de outro paradigma universitário, a *école supérieure* (escola superior), matriz de uma *universidade da arte-cultura*. Isto aconteceu assim que a universidade medieval revelou-se incapaz de absorver e processar a enorme diversidade artística e cultural da África e da Ásia trazida para a Europa depois das Grandes Descobertas.

Um novo paradigma acadêmico foi gerado para dotar a nova elite burguesa das habilidades literárias e artísticas características do Iluminismo. Dessa universidade enciclopédica não se cobrava responsabilidade pela produção científica tanto quanto pela organização e sistematização do conhecimento humanístico, artístico ou tecnológico. História natural, filosofia, literatura, matemática, direito e as artes de governo formavam o currículo central destas instituições.

O desenvolvimento tecnológico que se seguiu à Revolução Industrial exigiu um novo paradigma acadêmico que podemos chamar de *universidade científico-tecnológica*. De fato, a universidade de arte-cultura não era capaz de prover o substrato tecnológico, bem como as bases intelectuais em termos de treinamento profissional e administrativo imprescindível ao novo regime produtivo.

Emergindo no final de Século XIX, a universidade científico-tecnológica foi criada na Europa Ocidental e nos E.U.A. com o mandato específico de produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico necessários para o modo de produção capitalista. Em ambos os contextos, este modelo de universidade foi mais tarde fortemente apoiado e controlado por programas estratégicos governamentais, através de agências financiadoras estabelecidas durante a Segunda Guerra Mundial. Uma análise rica e precisa desse modelo e de seu esgotamento foi realizada por Clark Kerr, Presidente da Universidade da Califórnia em Berkeley no momento crucial da contestação de 1968, no clássico *Os Usos da Universidade* (Kerr 2005).

A versão original da universidade científico-tecnológica (denominada de *research university* pelos norte-americanos) baseava-se na produção volumosa de recursos humanos e de resultados de pesquisa que eram submetidos a sistemas extremamente competitivos de controle de qualidade. Este modelo de universidade trata o conhecimento científico como um subproduto do processo de produção da informação.

Há uma tendência atual que parece evoluir talvez para um paradigma acadêmico novo; trata-se da *universidade corporativa*. Principalmente dedicado a negócios, administração, engenharia, tecnologia e sistemas de informação, este modelo tem duas variantes: por um lado, pode resultar do crescimento de centros de ensino superior dentro de uma dada

empresa e, por outro lado, pode implicar o desenvolvimento de uma instituição acadêmica como uma corporação. Em ambos os casos, a instituição universitária é organizada e funciona como um empreendimento comercial.

Hoje, o modelo de universidade científico-tecnológica é hegemônico no mundo industrializado (Santos 2005) enquanto universidades escolásticas e escolas superiores de arte-cultura, retóricas e ritualizadas, ainda são dominantes em muitos países ditos em desenvolvimento. Com isso não quero dizer que as universidades européias e norte-americanas não são de modo algum humanísticas ou profissionais ou que instituições acadêmicas em países pobres são totalmente doutrinárias e pré-tecnológicas. Nem defendo que a universidade científico-tecnológica poderia ser por definição pública e que a universidade corporativa deveria ser proibida por ser lucrativa e eficiente (pelo menos em seus próprios termos). Como veremos no caso brasileiro analisado em seguida, tais estereótipos devem ser desafiados e criticados.

Realmente, em toda parte, a universidade tornou-se uma instituição social de altíssimo grau de complexidade, um tipo sofisticado e diversificado de organização social que exhibe raízes, traços e funções de cada um dos modelos acima expostos.

### **O sistema de ensino superior do Brasil**

Vejamos agora uma breve abordagem histórica da instituição universitária no Brasil (Olive 2002), convergindo para um esboço de sua estrutura atual e operação.

Nossos colonizadores portugueses proibiram o estabelecimento de instituições de ensino superior no Brasil – sua maior e mais bem guardada colônia – até o começo de século XIX. Aristocratas e funcionários de alta-hierarquia em busca de educação superior normalmente eram enviados a estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal. A primeira unidade de ensino superior do Brasil foi a Escola Militar de Medicina e Cirurgia, fundada na Bahia em 1808. O fundador e patrono foi D. João VI, monarca português que fugiu da Europa com toda a sua corte para escapar das Guerras Napoleônicas. (Por casualidade, essa faculdade foi o embrião da Universidade Federal da Bahia, onde atualmente sou Reitor).

Depois da Independência em 1822, outras instituições acadêmicas (em Medicina, Lei, Engenharia, e Belas Artes) foram estabelecidas nas principais cidades brasileiras durante o Império. Nessa fase, não se fez qualquer esforço para organizar universidades ou instituições similares porque o modelo português de universidade escolástica permaneceu influente, amoldando-se à cena ideológica pós-colonial brasileira. Depois da República (1889) e durante as primeiras três décadas do Século XX, o modelo francês de liceu e *école supérieure* substituiu o monopólio intelectual de Portugal.

A primeira universidade brasileira foi a Universidade de São Paulo, organizada em 1935 com ajuda de uma missão de acadêmicos franceses da Université Sorbonne que incluiu Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide. Logo, foram inauguradas instituições semelhantes em todo o país, notadamente a Universidade Federal de Rio de Janeiro (1946) e a Universidade da Bahia (1948). Organizadas em seguida à Segunda Guerra Mundial, essas novas instituições abrigaram muitos intelectuais europeus e artistas que fugiam da devastação do pós-guerra.

Apesar disso, ironicamente, a nossa Universidade Federal da Bahia teve a universidade escolástica como seu principal modelo. Encontra-se explicitamente declarado em nossos documentos de fundação a meta de tornarmo-nos uma Coimbra brasileira. Entretanto, graças à visão do Reitor Edgard Santos, nosso fundador, e aos *scholars* europeus que o

ajudaram a instalar novas faculdades de artes e ciências humanas, acabamos sendo um das principais universidades de arte & cultura do país.

Só nos anos sessenta, o modelo de universidade de pesquisa científico-tecnológica chegou ao Brasil. Anísio Teixeira, notável pedagogo e filósofo, e Darcy Ribeiro, antropólogo e também educador, conceberam a Universidade de Brasília para se tornar o primeiro centro acadêmico de um novo modelo civilizatório para o Brasil. Infelizmente, o regime militar que tomou o poder depois do golpe de 1964 decidiu adotar nacionalmente uma cópia empobrecida do sistema americano de ensino superior. Um acordo entre o Ministério da Educação e a USAID foi firmado em 1967 com a finalidade de introduzir uma “reforma universitária” em nossa estrutura acadêmica, financiada por empréstimos do FMI e do BID.

A reforma encontrou dois focos de resistência: boicote pela oligarquia conservadora no interior da estrutura da universidade e reação dos movimentos estudantis de esquerda, que culminaram com as mega-passeatas de rua que, no decorrer de 1968, terminaram por justificar o “golpe dentro do golpe” do AI-5.

O endurecimento do regime militar e a repressão que se seguiu foram capazes de submeter a resistência da esquerda universitária porém, imposta de cima para baixo, aquela reforma não conseguiu se sobrepôr à força dos grupos da direita acadêmica que descendiam diretamente da universidade do Velho-Mundo. Por isso, a reforma universitária de 1969 terminou incompleta e resultou em um tipo de estrutura mista, com o sistema anglo-saxão de departamentos sobreposto ao sistema franco-alemão da cátedra vitalícia, sem qualquer forma de controle institucional e social nem mecanismos de avaliação de qualidade acadêmica.

Nos ano 1970, algumas agências de apoio patrocinadas pelo governo federal foram preparadas para apoiar a recém-nascida rede universitária de laboratórios de pesquisa. Estas agências – sendo a mais proeminente o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – também concediam bolsas de estudo, treinamento e pesquisa que permitiram estudantes e pesquisadores levar a cabo seus projetos, junto com um sistema permanente de avaliação de desempenho.

Em paralelo, uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implementada, viabilizando programas credenciados de treinamento e pesquisa. Além disso, o Ministério de Educação estabeleceu um comitê nacional para credenciamento de programas de pós-graduação vinculados à CAPES que eventualmente se tornou um sistema bastante eficiente de avaliação pública do ensino superior.

Durante a re-democratização do Brasil (1985-1988), o sistema universitário do país sofreu muito com a crise econômica que se abateu sobre a América Latina. Só nos anos 1990, já na presidência de Fernando Henrique Cardoso, houve um incremento na capacidade global da rede devido a um processo radical de desregulamentação que abriu o sistema para investimentos privados locais. Isto resultou no estabelecimento de uma quantidade enorme de instituições de ensino superior privadas. Porém, tal expansão em número de vagas não se associou diretamente a uma melhor qualidade de ensino.

O Ministério de Educação então implementou um sistema de avaliação e credenciamento para cobrir também programas de graduação. Isto incluiu um exame tipo GRE (Exame Nacional de Cursos, que se tornou conhecido como Provão) bem como comissões de consultores visitantes, destinado a classificar escolas superiores, faculdades e universidades. Os dados dessa avaliação têm sido empregados pelo Conselho de Educação Nacional (CNE) para conceder licenças renováveis para operação no país de cursos de graduação em faculdades e escolas isoladas.

## **Estrutura atual e operação**

Hoje, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1998, somente organizações que oferecem programas de pós-graduação credenciados e desenvolvem atividades de pesquisa financiadas são classificadas como universidades. As universidades credenciadas são as únicas instituições que não precisam do reconhecimento pelo CNE para oferecer cursos universitários de graduação. Alguns cursos precisam de autorização por conselhos profissionais específicos, como por exemplo, Medicina e Psicologia.

Cursos de pós-graduação, como visto acima, só podem operar depois da devida autorização pela CAPES. Além disso, fundos públicos de pesquisa estão disponíveis exclusivamente para programas ou investigadores bem classificados em tais sistemas de avaliação.

A situação atual do sistema de ensino superior brasileiro pode ser resumida como segue.

O Brasil tem um total de 136 universidades, 63 públicas e 73 privadas. A rede pública, formada por 37 universidades federais, 26 universidades estaduais e 67 faculdades e escolas isoladas, acolhe mais de 900.000 estudantes de graduação. O setor privado compreende 1.208 instituições, dentre elas 73 universidades, e tem 2,2 milhões de estudantes. O sistema como um todo recebe 940.000 estudantes novos a cada ano.

Os programas de pós-graduação do Brasil têm cerca de 100.000 estudantes de mestrado e doutorado e nele se formam ao redor de 6.000 doutores todos os anos (quatro vezes o número dos que se formam no exterior). Nos últimos anos, a comunidade científica do país produziu 1,2 % dos trabalhos científicos publicados no mundo inteiro. Os programas de pós-graduação estão concentrados principalmente (93%) em universidades públicas que também são responsáveis por 97% da produção científica do país.

Podem ser identificadas duas tendências no sistema de ensino superior de Brasil hoje: privatização e internacionalização.

O quadro mostrado acima indica o enorme número de vagas oferecidas pelo setor privado de ensino superior, principalmente faculdades ou escolas superiores operadas por empreendimentos que visam ao lucro. Não obstante, as universidades públicas consistentemente alcançam as melhores posições em todos os sistemas de avaliação.

Por outro lado, como outros países em desenvolvimento, o Brasil está sendo invadido por publicidade massiva de MBAs e outros pseudo-graus de educação-instantânea oferecidos instituições norte-americanas e européias, pela Internet ou mediante convênios com sócios locais (normalmente escolas particulares de segundo-nível). Os sistemas de credenciamento e avaliação da CAPES, do CNPq e o CNE exercem o importante papel de barreiras protetoras para tal invasão. Por este motivo, há fortes pressões para incluir o ensino superior nos acordos comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, em um processo descrito por Boaventura Santos como “a transnacionalização do mercado da educação superior” (Santos 2005).

A maré de privatização do ensino superior parece ter perdido sua força inicial, pelo menos na área de educação pós-graduada, principalmente devido ao bom desempenho das instituições públicas de pesquisa. Ainda assim, resistir ou ajustar-se à vertente corporativa do internacionalismo acadêmico poderá se tornar o principal dilema enfrentado pelo sistema universitário de Brasil no Século XXI.

## **Comentários críticos (e esperançosos)**

Dado o vigamento histórico e conceitual exposto acima e a respectiva ilustração do caso do Brasil, gostaria de comentar alguns aspectos cruciais deste importante tópico.

Também avancei acima a hipótese de que a universidade corporativa estaria pronta a se tornar o futuro paradigma do ensino superior depois do modelo da universidade científico-tecnológica. Esta hipótese emerge de minha experiência no cenário brasileiro atual e, é claro, pode ser uma mera impressão sensível individual.

A universidade corporativa poderia representar uma tendência que, de algum modo, aponta para um fracasso ou fraqueza (ou ainda, uma brecha a descoberto) do paradigma universitário atualmente hegemônico. Como tal, segue que nós teríamos que superar o velho modelo simplesmente porque este não mais responde às demandas sociais e históricas que o engendraram. Os modelos conhecidos – a universidade guardiã da doutrina, a universidade encarregada da educação das elites, a universidade a serviço da tecnologia e da produtividade – podem não se ajustar bem aos novos papéis impostos por uma sociedade cada vez mais rapidamente mutante.

Aceitando o desafio deste momento, proponho que a universidade renovada deve tornar real a noção habermasiana de “comunidades ideais de diálogo”. Tal movimento só poderá ter êxito se for resultante do compartilhamento e do verdadeiro intercâmbio. E como é possível ter um intercâmbio verdadeiro? Por um lado, respeitando as diferenças e diversidades. Equidade não se alcança simplesmente apagando diferenças, mas aceitando-as. Por outro lado, a verdadeira troca também significa abertura para aprender do outro. Na situação ideal da troca inter-pessoal justa e equilibrada, o fluxo de aprendizagem tem dois sentidos, é sempre mão-dupla, estruturado na vontade sincera de compartilhar dados, informação e conhecimento.

Como líderes dessas estranhas organizações históricas que nunca deixam de evoluir, e que não inocentemente foram chamadas de universidades pelo seu compromisso inato com a universalidade, estamos em uma posição privilegiada para conceber, propor, construir e criar uma instituição renovada para nossas sociedades.

A universidade renovada terá que avançar além do desenvolvimento moral (como a universidade escolástica), do desenvolvimento cultural (como a universidade de arte-cultura), e do desenvolvimento econômico (como a universidade de pesquisa), para alcançar o verdadeiro desenvolvimento social sustentável. Isto implica construir uma universidade renovada de fato como uma instituição de criação, que esteja profundamente comprometida na produção crítica do conhecimento como um elevado valor humano.

A constituição da universidade renovada deve ser buscada por meio de propostas realistas e ações concretas, enquanto reforça a rede de trocas acadêmicas em arte-cultura e ciência-tecnologia que já opera inter-culturalmente e transnacionalmente. Mais que tudo, isto implica fazer da universidade renovada uma instituição verdadeiramente pública, aberta ao controle e à participação política das comunidades às quais ela serve, firmemente comprometida com a paz, a equidade e a justiça social, aqui, acolá, e em todos os lugares de fora, no mundo.